**Reflexos de uma grande luz – um olhar sobre o Padre António Vieira**

Muito se escreveu sobre o Padre António Vieira, por ocasião dos seus ainda recentes centenários de morte (1997) e nascimento (2008).

A exegese dos seus textos, sermões, cartas e tratados continua a dar a conhecer a extrema complexidade e originalidade da obra de quem foi, sem sombra de dúvida, o maior vulto das letras portuguesas entre Renascimento e Romantismo. Nesse longo período de quase dois séculos (XVII e XVIII), genericamente crismado de Barroco, nenhum nome avulta mais que o seu. E é muito sintomático o facto de ser justamente este nome a sobreviver quase intacto à tarefa de demolição do Barroco empreendida pelo Iluminismo setecentista e pelo pensamento crítico, que, ao longo do século XIX, se vai estruturando de modo crescentemente científico. Os adversários do Antigo Regime, em toda a sua severa apreciação das formas artísticas e literárias que o exprimiram, souberam reconhecer o carácter excepcional deste personagem, pesasse embora a sua condição de homem de sotaina e – ainda por cima – jesuíta. Tais críticos e historiadores perceberam bem que vai um mundo de diferença quando se compara a obra deste padre lisboeta feito brasileiro com a produção corrente do período, entre cultismos e conceptismos, lirismos arrebicados e lamentos elegíacos provincianos. Só parece escapar (mesmo assim, a larga distância) a prosa do seu contemporâneo D. Francisco Manuel de Melo.

Se o fulgor literário de Vieira é impossível de ser ignorado, mesmo por épocas e em conjunturas afastadas dos valores que defendeu, algo há de ainda mais extraordinário – o facto de ser ele a figura portuguesa mais notável do seu tempo. E o seu longo tempo abrange quase todo o século XVII, que em Portugal foi sucessivamente de conformismo, estagnação, revolta, longa guerra, austeridade e pobreza. Um tempo de correntes subterrâneas e lealdades divididas, colónias perdidas, umas para sempre e outras recuperadas, sobressaltos (“alterações” no falar da época) e uma interminável luta para alcançar enfim o sossego de pátria restaurada, pelo esforço de soldados e diplomatas, fidalgos e clérigos. Como pano de fundo, a escassez constante de meios e de oportunidades, situação que só começará a ser invertida escassos meses após a morte de Vieira, quando aporta ao Tejo o primeiro carregamento de oiro brasileiro.

Bastaria a acção diplomática acrescida à sua obra literária para garantir-lhe o tal lugar cimeiro entre os portugueses de Seiscentos? Não, era preciso mais – a construção corajosa das suas duas pátrias e a interpelação do futuro, a que buscamos hoje corresponder.

Vieira enquadra-se no modelo de homem de letras e homem de acção. Como, antes dele, Camões. Como, depois, Garrett e Herculano. No seu caso, o primado da acção é evidente. Os seus escritos buscam atingir objectivos bem concretos; os seus sermões soam como bombardas, atroando as paredes da Capela Real ou as igrejas de um Brasil sitiado pelo inimigo holandês. Os seus escritos buscam justificar-lhe a vida, elásticos e portentosos como essa própria vida peripatética, hoje nos cárceres da Inquisição, amanhã nos salões da Roma papal.

A força motriz das ideias, ao serviço de fortes convicções, por vezes tão pouco comuns e ousadas, ao ponto de raiar o perigo de heresia. A força motriz de uma fé que muda e agita a vida, uma fé que o atira para o Novo Mundo e que o faz sair do relativo conforto da Bahia (dissipada a ameaça calvinista) para se meter a caminho do sertão, o Grande Pai dos índios, movendo-se de canoa ou de piroga, enfrentando os perigos da natureza e a malevolência dos colonos. A força motriz que o leva a cruzar o Atlântico, para lá e para cá, ao serviço da Coroa e da Igreja, num tempo em que uma coisa era indissociável da outra. E a ousadia de propor ideias novas, fora dos quadros mentais dominantes, como a proposta de tratar com os judeus holandeses de ascendência portuguesa, para buscar capitais, tão necessários para o reino empobrecido e para desenvolver o Brasil, em vias de começar a construir uma realidade com fisionomia própria.

Na configuração do Portugal restaurado, não emerge nenhuma figura que se possa comparar a este intelectual em constante movimento, o maior orador sacro, o grande visionário, o político hábil nos meandros do poder, o diplomata, o jesuíta profundamente embrenhado na construção de um Brasil que seja português sem deixar de ser ele próprio (ainda que contra a noção de tantos outros portugueses, do reino e da colónia), o humanista defensor dos indígenas, na esteira do ilustre dominicano Bartolomé de Las Casas, antecedendo por cem anos a tragédia que foi a liquidação ibérica das reduções índias americanas, prelúdio da extinção da própria Companhia de Jesus.

No Portugal seiscentista, ninguém ombreia com ele. Nenhum dos generais ou cortesãos da Restauração. Nenhum político, nesse período de que só emerge Castelo Melhor, a quem não foi deixado tempo. Nenhum outro homem de letras e nenhum artista. Mesmo os Braganças, a quem tão bem serviu e por amor de quem se fez político e enviado, só sobressaem pelo temor, a astúcia, o oportunismo calculista a que a triste necessidade os obrigou. Vieira conferiu-lhes grandeza, consciência de missão, argumentos, o prestígio da sua oratória e da sua pena, chegando mesmo a imiscuir-se nos sórdidos assuntos de família, em favor do príncipe que destrona e aprisiona o seu real irmão, roubando-lhe o poder, a liberdade e a própria mulher. Naquela que é por ventura a sua mais infeliz atitude, tentou reabilitar a imagem dessa odiada princesa, cabeça do partido francês em Portugal, onde fora colocada pelo seu primo Luís XIV. Por lapso ou opção partidária? Não – por mero pragmatismo, para defender a pátria, pela noção de bem maior aqui aplicada à política, já que sem apoio francês não haveria independência. A história veio a dar-lhe razão: esse príncipe afortunado conseguiu a paz com Espanha após 28 anos de guerra intermitente, reintroduziu Portugal na grande política europeia, alcançou larga descendência (de um posterior casamento alemão) e viu ainda, nos anos finais da sua vida, chegar a Lisboa os primeiros navios carregados de oiro, que haveria de permitir ao seu filho um reinado de efémero esplendor. Para algo terá contado a oração dos jesuítas, não só Vieira, mas também o futuro S. João de Brito, que fora seu companheiro e amigo de infância.

Todos os homens são moldados pelas circunstâncias, mas alguns conseguem moldá-las e deixar marcas de devir no tempo que lhes coube viver. Todas as gerações encaram as crises e mudanças, dotando-as de uma gravidade maior que as do passado. O tempo longo do século XVII português, ibérico, europeu e atlântico foi rico em percalços conjunturais e viragens estruturais, onde por vezes se vislumbra a pequena, mas significativa marca deste jesuíta apaixonado por uma visão de futuro – uma visão muito original, improvável, grandiosa e sobretudo muito útil para configurar e transfigurar um presente feito de resistência, confronto em várias frentes, um país por refazer, com a ousadia e as agruras do presente em contraponto com as passadas glórias tão distantes,

Uma fé projectada num futuro imaginado e largamente imaginário, mas, ao mesmo tempo, profundamente actuante no presente. Com a sua forma de criar e propor esse futuro glorioso, Vieira impacta profundamente as vontades que devem enfrentar um presente tão sombrio e agreste – um pequeno país cabeça de um grande império, ameaçado aqui, abocanhado ali, jogando a sua sobrevivência por entre os jogos de interesses de protagonistas maiores na cena mundial. Nesse jogo diplomático de sombras e enganos, esperança e amarguras, também ele participou, demonstrando um sentido prático e um pragmatismo, que haveria de valer à Companhia de Jesus severas críticas por parte dos inimigos que nunca lhe faltaram. Quando é preciso negociar regimentos, vantagens comerciais, casamentos régios, navios de guerra ou arrobas de açúcar, vem muito a propósito a noção de que minudências e sacrifícios devem ser vistos à luz de um bem maior. Esse *Magis*, que é, em primeiro lugar, o Reino de Deus e logo em segundo, o Reino de Portugal restaurado a fim de cumprir a sua missão profética e imperial, numa noção de destino manifesto.

Poucas vezes, em tão difíceis circunstâncias, terá o futuro sido tão sonhado e moldado, numa proposta de dar ao presente um sentido transcendente. Na noção criada por Vieira, o prometido Quinto Império é mais que o fim da História, o triunfo inevitável de um estado ou de uma classe, o horizonte dos amanhãs que cantam – ele é a materialização do plano divino por acção de um povo sofrido e heróico, de pendor milenarista e assombrado pelas promessas nebulosas do Bandarra, esperando a manhã de nevoeiro, não passivamente, mas de armas na mão nos campos da Beira e do Alentejo, nos fortes da Bahia e no areal de Luanda. Num realismo assombroso, esse alevantar da ocidental pátria lusitana não se faz já em nome do príncipe desaparecido no deserto, vivendo eternamente na suspensão do tempo, como o Rei Artur, mas sob a égide uma dinastia nova, que Vieira exaltou, ele que conhecia melhor do que ninguém as suas fraquezas, tão humanas e tão portuguesas também: a tibieza, o receio, a astúcia, a loucura, o ressentimento de recém chegados ao clube selecto da realeza europeia, a necessidade de reconhecimento, um relativo complexo de inferioridade.

A evidência de estatuto é inerente à noção de pátria independente. Vieira bem o sabe e por isso tudo fará para projectar e engrandecer os Braganças, que passam do relativo bem estar da alta nobreza da província aos riscos e holofotes da realeza, pagando com açúcar e com portos de mar esse direito de entrada. Em nenhum outro tempo como nesse, o ser se confundiu tanto com a aparência. Para ir mais fundo na descoberta do ser, importa transigir por vezes com o circunstancial – só quem é reconhecido ganha o direito de falar e, sobretudo, de ser ouvido – e isso tanto vale para as nações como para os indivíduos.

No que a si mesmo diz respeito, a ambiguidade do estatuto é evidente. Vieira não é valido nem confessor régio, não dirige o governo nem a consciência do rei. Ele é, todavia, uma potência em si mesmo, pelo fulgor da sua inteligência aberta a estalo, pela força irresistível do estilo, pela lógica e atrevimento das comparações e das propostas, pela autoridade moral da sua coerência, pela suave ostentação da sua pobreza, nunca trocando a roupeta de simples padre viajante pelas sedas e púrpuras de dignidades maiores. Nesse domínio, ele está na boa companhia de diversos outros confrades seus que por toda a Europa orientaram a consciência dos príncipes sem pretender qualquer outra dignidade, pois que conduzir e influenciar eram glória bastante.

A independência de estatuto e a indiferença inaciana à situação concreta de cada momento são uma marca de Vieira, uma marca da sua liberdade. Dele se pode dizer em verdade que é um homem para todas as circunstâncias: um homem livre e sempre com algo para dizer ou escrever, seja no Paço da Ribeira, nos calabouços do Santo Ofício, nas igrejas de Salvador ou na cúria romana. Há qualquer coisa de grande na confiança que tem no seu próprio intelecto, com que desafia e enfrenta poderosos inimigos, ou na segurança absoluta de uma fé tão grande que o leva a interpelar Deus com audácia, para maior estímulo e conforto dos seus tão sofridos contemporâneos.

Em toda a sua acção e em toda a sua obra, está sempre presente uma noção de bem comum, comunidade de sentido e de destino, chão onde (re)construir uma pátria para um povo de alguma forma eleito por Deus e agente do seu próprio destino, por desígnio da Providência, a permitir superar a falta de meios humanos e materiais tão patente, que chegou a parecer milagre o ter assegurado independência e vida. Por outro lado, perscruta o futuro que virá, dando-lhe, desde já, forma e proclamando-o como destino e finalidade. Nesse tempo em que nascia a ciência e se afirmava o método experimental (com participação significativa de diversos confrades seus da Companhia), Vieira construirá a sua portentosa literatura profética, com o fim exclusivo de dar aos portugueses um horizonte de esperança, que permita transcender um presente sofrido e duvidoso. Não se veja aqui instrumentalismo – o profeta acredita no sentido dos arcanos que a sua perspicácia desvendou, num exercício especulativo assente numa fé profunda nesse Deus que não falta ao Seu povo.

Vieira não é Descartes, Pascal, nem Spinoza, seus contemporâneos. É outra a sua proposta de leitura do projecto divino – intermediada por uma entidade colectiva, uma nação – a portuguesa – que parece ocupar agora o papel de povo escolhido, numa nova diáspora, feita de variada gente, de um e outro lado do Atlântico, um povo onde cabem cristãos novos e índios, mercadores e banqueiros judeus exilados, soldados, catequistas e apóstolos no longínquo Oriente. O seu pensamento é ecuménico (no sentido de abranger a Terra inteira), não fora ele um jesuíta, bem ciente das glórias patenteadas na *Imago Primi Saeculi*, publicação autogratulatória e tão realista e impressionante, que nunca chegou a haver outra, que correspondesse ao segundo século da Companhia, concluído já num tempo de nuvens negras e temporal anunciado.

Também ele, na sua vida, saíu para fora dos pequenos horizontes que a sua pequena condição social parecia determinar. Pode dizer-se que a sua busca o levou, não meramente mais alto, mas principalmente mais fundo e mais longe. O seu raciocínio analítico anima-se, na escrita, com repentinos arroubos, que fazem explodir a lógica, num fogo de artifício verbal, que pasma pelo arrojado da forma e interpela pelo inesperado e original conteúdo. Porque só o desconcertante e o incomum conseguem abanar e suscitar resposta, quando o fundamento racional e hermenêutico ancoram o esplendor da forma. E assim, é Vieira um homem de pensamento e de intuição, ao mesmo tempo institucional e desbravador de caminhos novos, às vezes tão novos de causar medo e aguçar a desconfiança dos guardiães de uma ortodoxia, cuja imutabilidade parece ameaçada pelo seu atrevimento.

Encontramos aqui uma faceta que parece dizer muito ao nosso próprio tempo: o inconformismo, a coragem, o atrevimento. Não para ele a comodidade dos caminhos já batidos, o sossego das fórmulas mastigadas pelos séculos. Em tempos novos, problemas novos, solicitando soluções novas. E a percepção aguda e profundamente original de que o presente só pode ser navegado com a forte ligação ao passado iluminada por um projecto novo de futuro. Mesmo que isso signifique o agitar das águas, o fazer perigar a segurança, sua própria e da Companhia, em nome da urgência da realidade, a que as calamidades do presente não permitem fugir. Sempre diligente, sempre original, sempre brilhante, sempre incómodo.

Como observadores a partir do futuro, temos o direito de reinterpretar o objecto do passado, mas sem falseá-lo ao sabor de qualquer agenda póstera, anacrónica, ideológica ou oportunista. Nem para exaltá-lo, nem para condená-lo, segundo termos que o próprio objecto não reconheceria.

Vieira foi um clérigo, membro distinto de uma ordem religiosa que marcou, não só a Igreja, mas o conjunto da sociedade em que lhe coube viver. Teve a paixão de evangelizar e usou os meios prodigiosos do seu intelecto, da sua vontade e da sua força persuasiva. Foi politicamente muito activo, correndo riscos e saltando fora de alguns esquemas mentais dominantes, com ousadia e pagando, por vezes, um alto preço. Foi incómodo e com frequência mais apreciado fora do que dentro de fronteiras. Foi amado por aqueles por quem lutou e a quem protegeu, mas foi execrado pelos próceres brasileiros, altos funcionários e senhores de engenho, cujos lucros punha em risco, ao verberar a sua desumanidade. Foi invejado e denunciado. Valeu-se de Lisboa contra a Bahia e de Roma contra Lisboa. A mesma família real que o exaltou veio a tratá-lo mais tarde com frieza. O seu combate pelos cristãos novos triunfou espectacularmente com o breve de Clemente X (1674), que levou à suspensão do Santo Ofício em Portugal por cerca de 7 anos – mas valeu-lhe o rancor da corte, a ostracização e a experiência extraordinária de ser queimado em efígie pelos estudantes de Coimbra em 1681….

Vieira foi um homem do seu tempo, herdeiro de uma sólida tradição filosófica e teológica ancorada no passado, mas que tentou perscrutar o futuro para melhor moldar o presente.

O seu rasgo profético exerceu-se dentro dos limites e esquemas mentais, que a sua época lhe impôs, como a todos os seus contemporâneos. A maior homenagem que se lhe pode prestar consiste em reconhecer-lhe os fulgores e os limites, sem tentar escamotear uns nem exagerar outros.

A grandeza, que sempre lhe foi reconhecida, lança sobre ele uma atenção especial, já que o distanciamento dos séculos permite ao presente vasculhar as incoerências do passado. Na grande luz que a sua palavra e a sua obra irradiaram é possível entrever hoje zonas de sombra, aumentadas com enorme desproporção, no presente clima de julgamento retrospectivo do passado, à luz de um presumível código ético do presente. A esta tendência funesta do anacronismo pseudo-moralista, fruto de uma ignorância cheia de boa consciência, ninguém escapa – talvez porque seja mais fácil derrubar estátuas do que fazer face com coragem à permanência hoje dos mesmos problemas.

Dum e doutro lado do Atlântico, nestes últimos anos, com especial relevância nos estudos produzidos por ocasião do quarto centenário do seu nascimento, surge como uma temática muito relevante a atitude de Vieira para com o fenómeno da escravatura. E parece chocante que o seu desassombro na defesa dos índios não encontre paralelo na sua atitude para com os escravos africanos. À luz da realidade portuguesa e especificamente brasileira seiscentista, como é sabido, a escravatura era uma realidade plenamente aceite, com base em justificações de raiz teológica e antropológica, com longínquas raízes no pensamento do mundo antigo, misturadas com noções jurídicas, como o direito da guerra e da conquista.

Tais subtilezas passavam à margem da gente comum, que percebia, contudo, que toda a estrutura produtiva da colónia assentava no trabalho escravo. As próprias ordens religiosas tinham escravos, que operavam as suas unidades de produção de açúcar. E perdiam autoridade moral ao condenar em outros práticas a que elas mesmas não renunciavam – dessa contradição (e de competição desigual) eram os jesuítas acusados pelos terratenentes, estorvados nas suas campanhas de sujeição dos indígenas.

A posição de Vieira como defensor incansável dos índios vem na esteira de uma ilustre tradição jurídica ilustrada por dominicanos e jesuítas desde os primórdios da colonização das Américas, no século anterior. A própria coroa portuguesa produzira desde 1570 (decreto de D. Sebastião) normativas que proibiam a escravização dos indígenas brasileiros – com excepção dos antropófagos! Tal legislação tornara-se letra morta, o que levará Vieira, em nome dos seus confrades, a pressionar vigorosamente na corte, alcançando, em 1655, uma nova lei sobre a liberdade dos índios, completada pelo chamado Regulamento das Aldeias, elaborado por ele próprio e que será aplicado no Maranhão a partir de 1660. Tudo isto pouco valia, face à cupidez dos grandes colonos e à desconfiança dos poderes administrativos face ao tipo de protecção conferida aos indígenas, nomeadamente pelos jesuítas.

A mudança de perspectiva virá a acentuar-se no período pombalino, em que as actividades económicas da Companhia, olhadas com crescente suspeição, acrescidas do seu enquadramento social e funcional dos aldeamentos indígenas levaram a uma profunda reacção por parte das duas coroas ibéricas. Daqui se seguiu a trágica destruição das “reduções” e posterior aniquilação da própria Companhia. É neste contexto que surgirá em 1755 o decreto de Sebastião José a conceder a liberdade aos índios do Grão Pará e Maranhão. Não se tratava agora, como dantes, de proteger os indígenas da cobiça dos colonos, mas sim de “libertar” os índios da suposta sujeição a que os jesuítas os submetiam….

Os arcanos da alta política, a que Vieira nunca foi alheio, exprimem, afinal, o movimento da roda da fortuna, que os medievais tão bem conheciam. O poder absoluto, escorado pelos jesuítas em todo o período barroco, não pode agora, em tempo de Luzes, admitir qualquer limitação, por muito apostólica ou bem intencionada que seja. Desaba, pois, a Companhia, poucos anos antes de que desabe o próprio Antigo Regime que promovera a sua liquidação.

E os negros? Sendo um visionário, Vieira não deixava de ser um político e um pragmático. A sua apaixonada defesa dos indígenas, livres, dóceis, artísticos, enquadráveis dentro de uma protecção benigna (a que o seu Regulamento das Aldeias procurou dar forma) fê-lo pagar um alto preço – a inimizade dos poderes coloniais. Pagou ainda um outro, que hoje surge como bem mais alto: a aceitação da escravatura africana, sem a qual a vida económica do Brasil paralisaria. Salvar os índios à custa do sacrifício dos negros, com multitude de argumentos teóricos, que hoje são dolorosos de ler.

Importa, contudo, pensar, que no pensamento racionalista e político europeu, ninguém surgia nesse tempo a defender o negro, que pertencia à categoria do bárbaro, selvagem, infra-humano. Só nos finais de Setecentos vai surgir em Inglaterra o movimento abolicionista, que triunfará no século seguinte.

Da geração anterior à de Vieira, outro jesuíta, Pedro Claver fez-se santo confortando e convertendo grande número de escravos negros que chegavam cada ano aos milhares a Cartagena de las Indias. O seu esforço admirável nunca o levou, contudo, a contestar a escravidão em si, sendo que ele próprio tinha escravos para o auxiliarem na sua missão – daí a polémica estabelecida por altura da sua canonização.

A desumanidade da escravatura e do tráfico negreiro são uma página terrível, a ensombrar a história de Portugal e do Brasil – como, aliás, de tantas outras nações europeias e americanas.

Sendo, antes de tudo o mais, um evangelizador, é por este prisma que Vieira vai abordar o problema, nos diversos sermões que dirigiu aos escravos negros ao longo de toda a sua longa carreira de orador sacro. No primeiro deles (XIV Sermão do Rosário), pregado em terras da Bahia em 1633, o jovem jesuíta (que exortava os senhores de engenho a um tratamento humano dos seus escravos, dada a sua condição de cristãos) aconselha aos negros a resignação, equiparando o seu sofrimento com a Paixão de Cristo e considerando os seus infernais padecimentos (que reconhece), como um meio para alcançar a salvação.

Era esta a principal preocupação das ordens religiosas no Brasil colonial: proporcionar aos negros uma vida cristã, com estruturas emuladas das dos brancos. Daí a proliferação das Irmandades do Rosário, exclusivas de negros, por vezes com grande pujança, como atestam as diversas igrejas denominadas do Rosário dos Pretos. Daí também a promoção do culto de santos africanos, como São Benedito, filho de escravos etíopes, vivendo na Sicília quinhentista, irmão leigo capuchinho, cozinheiro, analfabeto e taumaturgo de grande fama, ou da semi-lendária Santa Ifigénia.

Na questão dos negros, Vieira foi um homem do seu tempo. Na questão dos índios, foi além do seu tempo. Na questão dos judeus e cristãos novos também. Como escritor e visionário, misturou e perscrutou os tempos. Como pregador, usou a língua portuguesa com uma maleabilidade e um brilho sem par.

Foi profundamente português nas suas contradições – misturou visões milenaristas do futuro com o maior pragmatismo político no presente (chegou a admitir entregar Pernambuco para salvar o resto do Brasil), firmou os Braganças na sua nova consciência da dignidade régia, honrou em toda a parte a sua roupeta de jesuíta, enfrentou com tranquila coragem o Santo Ofício, correu risco de vida no Maranhão, quase naufragou ao largo dos Açores.

Foi profundamente brasileiro também, o Paiaçu, Pai Grande dos seus amados índios. A sua presença é uma constante em Salvador, a Lisboa dos trópicos, nascido numa e noutra sepultado. A sua voz ressoa ainda na Conceição da Praia, na igreja dos jesuítas, que hoje é a Sé, ou diante dos fortes da cidade sitiada.

E o seu silêncio, quase cego, paira ainda sobre a Quinta do Tanque, onde passou os últimos tempos, antes de vir morrer à cidade, no Colégio.

A sua própria vida foi uma ponte constante, um constante movimento fazendo e refazendo laços.

De António Vieira, glória de Portugal e da Companhia de Jesus, ficam reflexos de uma grande luz: ele é um dos maiores oradores sagrados do Barroco europeu; um dos principais ourives da língua portuguesa; o evangelizador apaixonado; o teórico desdobrado em homem de acção; o cristão sem medo de sujar as mãos na política; o organizador e legislador; o homem que não receia propor soluções inovadoras e abrangentes, combatendo a mediocridade e o provincianismo tacanho. Que pensou Portugal não só como nação imperial, mas como comunidade inclusiva de gentes, integrando excluídos, como os judeus, tolerados, como os cristãos novos, ou nunca pensados, como os indígenas livres do Brasil.

Sempre e em diversas circunstâncias, na sua muito longa vida, pensou, estudou, agiu, escreveu e proclamou em português com uma beleza, clareza e inteligência, que até hoje ninguém ultrapassou.

José Alberto Gomes Machado

Universidade de Évora